

## Reunião com Arm Capital em 03/10/2025, às 15h00

### Presentes:

Rafael Pesce e Pedro Horowicz (Arm Capital)

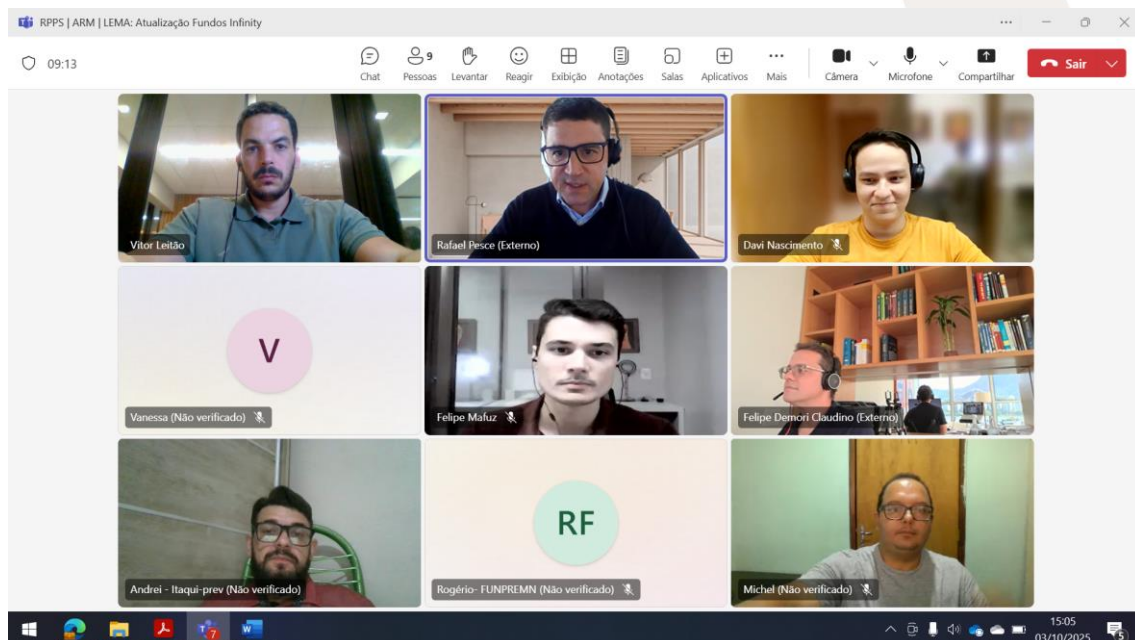
Felipe Demori Claudino (Demori Claudino – escritório contratado)

Vanessa (Mesquita/RJ)

Rogério, Paulo Pimentel e Laertes (Mundo Novo/MS)

Michel, Áurio e Andrei (Itaquiraí/MS)

Vitor Leitão, Gustavo, Davi e Felipe (LEMA)



Após tolerância, a reunião teve início às 15h05.

Rafael começou falando que há um caixa residual nos fundos, mas no caso do Forte, o caixa está apertado em função das ações judiciais. Não cobraram taxa de gestão e o administrador deve fazer o mesmo para poupar caixa.

As posições dos fundos PIPA e CORAL estão com posição de caixa confortável.

Vão tentar desbloquear recurso para utilizar e não precisar chamar capital no FORTE.

Existem três frente de atuação:

Ação administrativa via CVM (busca por novo processo sancionador)

Ação cível contra todos os prestadores de serviço (administradores e gestores)

Ação criminal contra Infinity e David Fernandez.

Rafael passou a palavra para Felipe Claudino explicar sobre a situação das ações.

Felipe afirmou que tem mais foco na parte regulatória, mas acompanha todas as ações por estarem relacionadas.

Cível (maior ação) é uma única ação contra várias pessoas (Infinity, Santander, Planner, RJI, BRB e Vanquish). É uma ação indenizatória. Os prazos só começam a abrir quando todos forem citados. Citar não é tão fácil e acaba sendo demorado, mas todos já foram citados e está aberto o prazo de contestação. Estão aguardando as contestações...

Existem várias ações de pessoas físicas. Elas estão processando o fundo e não os prestadores de serviço antigos. Alegam que os fundos participam da relação de consumo e devem ser responsabilizados. Acaba sendo uma ação tecnicamente errada porque o cotista acaba processando ele mesmo e outros cotistas, mas o judiciário tem aceitado.

Um RPPS entrou com uma ação desse mesmo tipo.

Essas ações estrangulam o fundo com os bloqueios de caixa.

Vitor: essas ações tem sido efetivamente pagas ou só bloqueadas?

Felipe: apenas em um caso foi pago e nos outros os recursos ficam bloqueados na justiça.

Rafael disse que “tem certeza” que o recurso será desbloqueado e o recurso voltará ao fundo. Enquanto isso, o fundo sofre sem caixa porque precisa pagar os prestadores.

Vitor: tem perspectiva de liberação desses recursos?

Felipe: não. Estão brigando ação por ação, mas tem sido difícil. Um dos processos foi ao STJ (é o mais adiantado). É um caso muito importante porque será usado como jurisprudência. É de um cotista contra o fundo. Os “advogados mais caros do brasil” estão envolvidos nesse caso.

Modal (adquirida pela XP), XP, BTG, através de seus distribuidores, estão envolvidos e sugerem que os cotistas entrem contra o fundo. Por serem parte relacionada e terem “culpa no cartório” os distribuidores não sugerem que entrem contra os prestadores (eles também!) e sim contra os fundos.

Felipe LEMA: houve alguma novidade com relação ao histórico operacional do fundo? Sobre as contrapartes ou prestadores?

Rafael: Huck Otranto (escritório criminalista) está criando um histórico pregresso da vida do David. É um relatório público e pode ser enviado para os cotistas. O relatório já mostra que o David tinha um histórico ruim e já foi enviado ao MP-SP.

*Rafael prometeu enviar ao Vitor o relatório e o enviou antes do fim da reunião. O relatório segue anexo a essa ata.*

Felipe Demori: O Procurador do caso está muito interessado, mas não tem dado muita velocidade embora tenha avançado e tem sido abastecido de bastante informações.

Michel Itaquiraí: São 16 RPPS cotistas dos fundos, sendo que 15 deles tinham a mesma consultoria de investimentos. Em algum momento apareceu algo sobre essa consultoria?

Felipe e Rafael: não. É uma informação interessante, mas não sabiam disso. É possível enviar essa informação?

Michel informou que a consultoria está envolvida em outros casos, como do Banco Master, e vai informar ao Rafael.

*Antes do final da reunião Vitor encaminhou contato do Rafael ao Michel para que conversem diretamente.*

Rafael: é importante saber como isso aconteceu para enriquecer o material.

Felipe Demori: vocês sabem de algum RPPS que saiu antes do fundo fechar? Para saber se tem alguém que sabia de informação prévia...

Vitor: Angélica/MS ficou preso no prazo de conversão de cotas do fundo, mas desconhece outros casos. Mas, se pesquisar no Quantum tem o histórico de cotistas.

Felipe Demori: voltando ao assunto da ação regulatória. A CVM tem um ritmo lento. Está há um ano e meio nesse caso e ainda não tem nenhum processo aberto. Fizeram reunião com a diretoria para reclamar da lentidão e uma nova reunião com área técnica. CVM disse que até o final do ano terão alguma resposta. Essa reunião com a CVM já deve ter 1 mês e meio mais ou menos.

Ponto importante: quando há um processo sancionador aberto na CVM pode ser feito um acordo e os recursos vão para os cotistas. É mais uma forma que estão tentando de recuperar recursos.

Tem um processo anterior que a CVM já julgou e aplicou multas “baixas” aos responsáveis, mas foram fatos até 2016. Estão provocando a CVM para um novo processo ser aberto com as operações fraudulentas pós-2016, que onde estão os cotistas RPPS.

Michel Itaquiraí: já houve algum bloqueio do David, da filha dele ou de algum outro envolvido?

Felipe: não. Foram feitos pedidos, mas o juiz negou, entendendo que precisaria ouvir os réus antes de conceder qualquer liminar. Entende que com tanto elemento probatório o juiz poderia dar sequência, mas por conservadorismo ele não quis. Essa liminar pode vir pela esfera criminal ou cível.

Muitos réus, com exceção dos bancos, já tomaram providências para ocultar os bens. Certidões públicas demonstram que isso foi feito e já sabem que terão dificuldade de encontrar os bens.

Rafael: sabem que os recursos foram para a ICP, mas só conseguirão rastrear se o juiz conceder a quebra do sigilo bancário.

Felipe: tem investido bastante tempo sobre os casos, com reuniões semanais. Na próxima terça vão se atualizar sobre os processos cíveis (indenizatórias e de cotistas – com o Veirano Advogados) e acompanhar os processos em andamentos.

E os processos “fora da caixa” que são teses que vão surgindo para tentar dar mais efetividade são coordenados por eles mesmos (Arm e Demori).

Na esfera cível tem uma ação de cobrança contra a ICP exigindo que honrem o contrato de opções. A ICP já não tem mais nada, mas se conseguirem êxito podem chegar no CPF das pessoas.

Estão conversando sempre com Ministério Público de SP, CVM e Polícia Federal, mas as coisas andam muito lentamente.

Felipe: ajuda que os RPPS podem dar: na última petição à CVM fez uma conta aproximada do número de pessoas impactadas e chegou a 100 mil pessoas, sendo 6 mil pessoas físicas + famílias (2,7 pessoas por família) + RPPS, mas não conseguiu todos os números dos RPPS. Pediu que se puderem passar os números de pessoas de cada RPPS seria válido.

Vitor: como está a relação com Abradefi (associação das pessoas físicas), Unimed Vitória e RJI?

Abradefi: a interlocução é boa e se falam sempre. A associação cresceu e deve ter uns 10% dos cotistas em volume financeiro. Trocam bastante informações (associação e Arm). Eles têm uma ação contra os distribuidores: Ativa, XP e BTG. Fundo não participa dessas ações.

Unimed Vitória: tem uma atuação estranha. Foi contra a entrada da Arm nos fundos. Queria manter a Vanquish. Conseguiu uma liminar anulando a gestão da Arm, mas a liminar foi anulada.

Unimed possui 99% de participação no fundo Safira (também com problemas com a Infinity) que está com gestão da Planner. Eles não querem embarcar na estratégia de cobrança da Arm e tocam sozinhos a estratégia jurídica no Safira. Diretoria atual coloca culpa na diretoria antiga. Perderam 20% do patrimônio. Diretor jurídico falou que já acharam provas que a diretoria antiga recebeu propina. Quando todos estavam resgatando, eles fizeram um novo aporte no fundo...

Unimed fala de prejuízo em torno de R\$ 60 milhões, mas a Arm só identificou R\$ 50 milhões. Talvez tenham recursos em algum outro fundo.

Unimed afirma que não confia na RJI, mas está com a Planner, que é ré no processo.

Arm já tentou trocar a RJI, mas não conseguem alguém que queira pela complexidade da situação dos fundos. Com isso, mantem uma linha tênue com a RJI. Desde que entraram com processo contra a RJI, não trocam mais informações, mas a RJI segue fazendo seu trabalho no fundo.

Rafael e Felipe facultaram a palavra a todos e se colocaram a disposição para outros momentos de esclarecimentos.

A reunião foi encerrada às 15h47.